

Como entender o Mapa Estratégico

Informações Gerais:

- Data da Aprovação: 22/02/2010, pelo Órgão Especial
- O Mapa Estratégico contém:
 - 4 Perspectivas:
 - Sociedade
 - Processos Internos
 - Aprendizado e Crescimento das Pessoas
 - Suporte e Recursos
 - 13 Objetivos Estratégicos:
 - 51 linhas de atuação: Projetos estratégicos delineados para o cumprimento das metas propostas para cada objetivo estratégico.

Os Objetivos Estratégicos e as Linhas de Atuação foram traçadas a partir da compilação de diversos elementos:

- Pesquisa de avaliação da imagem do Poder Judiciário do RS, que entrevistou **1.800** pessoas.
- Questionário que colheu a opinião de Magistrados e Servidores, com a obtenção de **2.729** respostas.
- Entrevistas com **11** especialistas sobre os fatores **Político, Econômico, Social, Tecnológico, Ambiental e Legal**, além da participação do OAB-RS, Ministério Público, Defensoria Pública e Procuradoria-Geral do Estado.
- Análise da Demanda e do Acervo de Processos.

Desse trabalho resultaram **462** pontos de reflexão, sintetizados em **13** Objetivos Estratégicos desdobrados em **51** Linhas de Atuação.

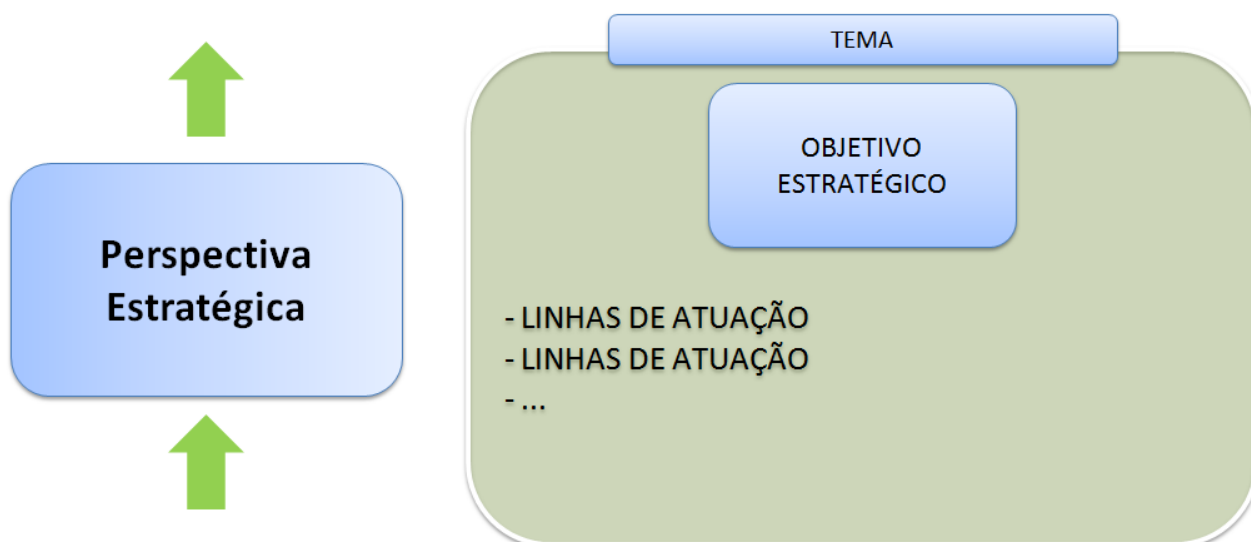
Instruções para Leitura do Mapa Estratégico:

O Mapa deve ser entendido através da construção das **Perspectivas Estratégicas**:

- A partir da base dos “**Suportes e Recursos**” necessários;
- promovendo o “**Aprendizado e Conhecimento das Pessoas**” da organização;
- as quais aperfeiçoam os “**Processos Internos**” de trabalho;
- que produzem os serviços entregues a “**Sociedade**”.

Os “**Resultados**” deste esforço são: o aperfeiçoamento do cumprimento da “**Missão**” da Instituição (sua razão de existir) e realização da sua “**Visão**” (o como ela quer vir a ser no futuro); ambas baseadas nos “**Atributos de Valor para Sociedade**”.

Para cada Perspectiva são definidos os seus “**Objetivos Estratégicos**”, os quais estão desdobrados em “**Linhas de Atuação**”, que serão desenvolvidas ao longo dos próximos cinco anos pelo TJRS.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – Linhas de Atuação

1. **Incrementar a acessibilidade** – prevê simplificação do novo regimento de custas, com redução do custo do processo, ampliação dos serviços de auto-atendimento e implementação de Juizados para demandas estratégicas (como, por exemplo, demandas de massa). Destaca-se também a intenção de se efetuar um trabalho dirigido à população feminina, que considera conhecer pouco o funcionamento do Poder Judiciário, conforme indicado em recente pesquisa de avaliação do Poder Judiciário.
2. **Fomentar a responsabilidade social e ambiental**
3. **Incrementar satisfação e imagem** – ampliar a comunicação com a sociedade, difundindo o papel do Judiciário e os direitos dos cidadãos
4. **Manter prestígio e espaço** – valorizar a Justiça Estadual no âmbito das demais esferas do Poder Judiciário
5. **Aumentar a celeridade processual** – inclui iniciativas como a padronização de procedimentos cartorários e reestruturação do Departamento Processual do TJ, para imprimir mais velocidade e simplicidade à distribuição das ações
6. **Incrementar a resolução da demanda** – incentivar a conciliação nos juizados especiais, 1º e 2º Grau e desenvolver gestão estratégica de ações de massa
7. **Modernizar a gestão** – fortalecimento da gestão estratégica e do sistema de Inteligência Processual e Estatística, desenvolvendo-se indicadores de resultados, metas e projetos



- 8. Melhorar o desempenho de Áreas-Meio** – reestruturação de setores internos do Tribunal, para obter-se maior racionalização de procedimentos e custos, com redução de prazos de tramitação e execução (incluindo-se as áreas de engenharia, compras e financeira)
- 9. Eficientizar meios e gestão de informática** – virtualização do processo, reestruturação do Departamento de Informática e elaboração de plano de tecnologia da informação e comunicação
- 10. Incrementar a autonomia orçamentária** – obter redução de despesas e aumento das receitas próprias do Poder Judiciário, por meio da racionalização de recursos
- 11. Elevar a capacidade de realização de pessoas** - aprovar plano de carreira, implementar programas de qualidade de vida e de capacitação
- 12. Aprimorar continuamente a Qualidade Jurisdicional** - promover a qualificação e o treinamento do quadro de magistrados e sua assessoria, aprimorar o concurso de Juiz
- 13. Promover o conhecimento institucional** - difundir procedimentos modelo, com implementação de banco de práticas jurisdicionais e de gestão, biblioteca digital, ensino a distância e cartório-escola

Para maiores informações
entre em contato através do e-mail: plan_estrategico@tj.rs.gov.br.